

SANDEVILLE JR., Euler. Por uma gestão dos espaços públicos de uso coletivo: desenho e apropriação. São Paulo: Universidade de São Paulo, Revista da Pós n. 19, pg. 60-73, 2006

LICENÇA DE USO

Este artigo é disponibilizado sob uma licença Creative Commons, como parte da proposta da Espiral da Sensibilidade e do Conhecimento (<http://www.espiral.org.br>) e do projeto acadêmico em <http://www.ambiente.arq.br>.

Você pode reproduzir e distribuir esse material desde que citando devida e visivelmente os dados de autoria e publicação, sem adições, cortes ou qualquer meio que altere o sentido ou prejudique a integridade original do material, sem finalidades comerciais ou de propaganda de qualquer tipo, ou em contextos que promovam qualquer forma de violência, o racismo, discriminação. Caso distribua esse material, o fará explicitando essa licença. Sob nenhum aspecto essa licença representa seção de direitos.

POR UMA GESTÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE USO COLETIVO: DESENHO E APROPRIAÇÃO

EULER SANDEVILLE JR.

Arquiteto e Urbanista, Mestre e Doutor em Estruturas Ambientais Urbanas (USP), Pós-graduação em Ecologia (São Judas), Arte-educador (Belas Artes), Professor do curso de graduação e do programa de Pós-Graduação da FAU-USP e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da USP. Coordenador da Área de Concentração Paisagem e Ambiente, Vice-Coordenador do Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente, coordenador do Laboratório Gestão e Projeto do Espaço, membro da CPG da FAU.USP e do PROCAM. Site: <http://www.ambiente.arq.br>. euler@usp.br

Resumo: A questão central que se propõe é a de uma conceituação e um método de abordagem da paisagem na perspectiva do sentido público do espaço, a partir de um processo de gestão e monitoramento continuado que contribua para projetar lugares públicos adequados à vida e viáveis na dinâmica social em que se inserem. Para tanto, procura-se repensar articuladamente dois grandes temas:

- Questiona-se qual seja a relação intelectual, sensível e projetual do arquiteto com a paisagem, propondo que o conhecimento disciplinar seja reinformado pelas características do lugar, respeitando-as, a partir de um jogo entre o desejável e o possível no projeto. Aponta-se para uma mudança epistemológica que implica a renovação dos instrumentos de intervenção no espaço, segundo a qual, tradicionalmente, a arquitetura concebe sua atuação como fundamentalmente o projeto do objeto. Esse pensar centrado na produção do objeto não seria suficiente para enfrentar os desafios da natureza, da produção, da apropriação do espaço.

- Coloca-se como problema a desarticulação das ações do poder público, sua dificuldade de interpretar e atuar no espaço, de criar alternativas de baixo custo e integrativas, inclusivas da população. A dinâmica da vida urbana cria qualidades locais, com questões complexas que apesar de demandarem ações diretas voltadas para uma visão do todo do tecido urbano, devem ser reconhecidas, lidas e enfrentadas em sua especificidade. Essa capacidade de ver o geral e desenvolver o particular passa a ser indispensável à atuação do arquiteto, especialmente nos órgãos públicos. O fazer dos arquitetos tem que se articular nos "interstícios políticos" e a experiência e a reflexão teórica acumuladas devem ser operativas para subsidiar estratégias novas de ação e abrir campo para novas iniciativas. Atuando a partir do existente e da transformação de seus processos, a produção do arquiteto passa a enriquecer e ser enriquecida pela dinâmica urbana, permitindo criar instrumentos e estratégias de qualificação da paisagem e não apenas a produção de objetos excepcionais nela inseridos. Quando trabalhamos na cidade, num quadro institucional (político), enxergar a paisagem significa ter alternativas para sua melhoria que interfiram no processo de sua produção. Sustentamos que a GESTÃO desse processo, em médio prazo, é capaz de gerar, a custos menores, um impacto tão grande quanto o das grandes obras arquitetônicas e urbanísticas que visam criar fatos novos (SANDEVILLE JR. 2001), demandando novas formas de produção e atuação.

PALAVRAS-CHAVE: gestão urbana, gestão da paisagem, espaço público, projeto, cultura e participação, paisagem e ambiente, estruturas urbanas, sistemas ecológicos urbanos.

POR UNA GESTIÓN DE LOS ESPACIOS PÚBLICOS DE USO COLECTIVO: DISEÑO Y APROPIACIÓN

RESUMEN La cuestión central que se propone es la de una conceptualización y un método de abordar el paisaje en la perspectiva del sentido público del espacio, a partir de un proceso de gestión y seguimiento continuado que contribuya para proyectar lugares públicos adecuados a la vida y viables en la dinámica social en la que se insertan. Para tal, se busca repensar de manera articulada dos grandes temas:

- Se cuestiona cual es la relación intelectual, sensible y proyectual del arquitecto con el paisaje, proponiendo que el conocimiento disciplinar sea reinformado por las características del lugar, respetándolas, a partir de un juego entre el deseable y el posible en el proyecto. Se apunta para un cambio epistemológico que implica la renovación de los instrumentos de intervención en el espacio, según la cual, tradicionalmente, la arquitectura concibe su actuación como fundamentalmente el proyecto del objeto. Ese pensar centrado en la producción del objeto no sería suficiente para confrontar los desafíos de la naturaleza, de la producción, de la apropiación del espacio.

- Se coloca como problema la desarticulación de las acciones del poder público, su dificultad para interpretar y actuar en el espacio, para crear alternativas de bajo costo e integradoras, inclusivas de la población. La dinámica de la vida urbana crea calidades locales, con cuestiones complejas que a pesar de demandar acciones directivas dirigidas a una visión del todo del tejido urbano, deben ser reconocidas, leídas y confrontadas en su especificidad. Esa capacidad de ver el cuadro general y desarrollar el particular pasa a ser indispensable a la actuación del arquitecto, en especial en los órganos públicos. El quehacer de los arquitectos tiene que articularse en los "intersticios políticos" y la experiencia y la reflexión teórica acumuladas deben ser operativas para subsidiar nuevas estrategias de acción y abrir campo para nuevas iniciativas. Actuando a partir de lo que existe y de la transformación de sus procesos, la producción del arquitecto pasa a enriquecer y enriquecerse por la dinámica urbana, permitiendo crear instrumentos y estrategias de calificación del paisaje y no solo la producción de objetos excepcionales insertados en ella. Cuando trabajamos en la ciudad, en un cuadro institucional (político), ver el paisaje significa tener alternativas para su mejoría que interfieran en el proceso de su producción. Sustentamos que la GESTIÓN de ese proceso, en mediano plazo, es capaz de generar, a costos más bajos, un impacto tan grande cuanto el de las grandes obras arquitectónicas y urbanísticas que buscan crear hechos nuevos

(SANDEVILLE JR., 2001), exigiendo nuevas formas de producción y actuación.

PALABRAS CLAVE: gestión urbana, gestión del paisaje, espacio público, proyecto, cultura y participación, paisaje y ambiente, estructuras urbanas, sistemas ecológicos urbanos.

MANAGING PUBLIC SPACES OF COLLECTIVE USE: DESIGN AND APPROPRIATION

ABSTRACT: This article suggests a conceptualization and a methodology for dealing with landscape from the perspective of a public sense of space. This is based on an ongoing management and monitoring process that may help in planning public spaces that are suitable for everyday life and viable in the social dynamics of which they are a part. To achieve this, we reconsider jointly two important themes:

- First, we question the intellectual, sensitive, and planning engagement between the architect and the landscape, suggesting that knowledge of landscape can be enhanced by the characteristics of the location. These characteristics should be taken into consideration, based on a balance between what is desirable and what is possible to implement in the plan. We point to a change that implies the renewal of intervention instruments in the space. Traditionally, architecture conceives its practice fundamentally as the project of the object. However, this way of thinking, focused as it is on the production of objects, is not sufficient to face the challenges of the nature of a space, as well as its production and appropriation.

- Second, we see disjointed governmental action, its difficulty in interpreting and acting in the space, and in creating less expensive alternatives (that would include and integrate population itself) as a problem to be addressed. Urban life creates local qualities that involve complex questions, which instead of requiring actions aimed at all urban fabric, must be recognized, read, and addressed according to their peculiarities. This ability to see the general and to develop the particular turns out to be indispensable for architectural practice, especially at the level of government organs. What architects do must be associated with "political interstices". Their previous experience and theoretical reflections must be operational in order to reinforce new action strategies and to make way for new initiatives. Since architects base their work on existing features and on the transformation of their processes, their productions

both enrich and are enriched by urban changes. These make possible the creation of new instruments and strategies for landscape qualification, not only the production of exceptional objects inserted into the landscape. When we work in the city in an institutional (political) framework, viewing a landscape means finding alternatives for its improvement which intervene in the process of its production. We accept that the management of this process must generate, in the medium term (and with fewer expenses), an impact as significant as that of the greatest architectural and urban works, which aim to create new spatial facts, requiring new ways of production and practice.

KEYWORDS: Urban management, landscape management, public space, culture and people's participation, landscape and environment, urban structures, urban ecological systems.

Este trabalho¹ indica a necessidade de uma conceituação que ajude a conceber o projeto do espaço público como um processo aberto e contínuo, integrado a estratégias de gestão pelo setor público e à participação dos usuários locais. Não desenvolveremos neste artigo a problemática específica da participação, embora toda a proposição aqui apresentada aponte para a sua necessidade central no processo de projeto e de manutenção do espaço público.

Entendemos que articular a atividade de projeto com uma estratégia de gestão² do espaço público coloca-se em contraposição a modos tradicionais de encarar o projeto. A forma tradicional baseia-se em uma hierarquização e segmentação das fases de elaboração, separação entre projeto e execução, valorização do objeto como linguagem e como produto. Decorre do projeto como resposta independente a uma demanda.

¹ O texto é uma revisão e ampliação de um trabalho inédito elaborado no início do mestrado, em 1986, sob orientação da Profa. Dra. Miranda Magnoli, em que se procurava estabelecer uma base conceitual para um método de estudo do projeto do espaço público, acrescido dos conceitos de gestão desenvolvidos no decorrer do mestrado.

² O conceito de gestão que nos interessa (SANDEVILLE JR. 2001, 2003) é:

1. a capacidade de tomar decisões com base em um conhecimento disponível e na experiência direta dos problemas,
2. estabelecendo estratégias de ação a partir de princípios e diretrizes conceituais e aplicados,
3. garantindo agilidade diante do dinamismo e suscetibilidade dos eventos nos quais se pretende atuar,
4. estabelecendo capacidade de lidar criativamente com recursos e contradições que se apresentam
5. lidar com uma certa simultaneidade de eventos e de processos de concepção e implementação e com as realidades sociais (conflituosas) nas quais se pretende atuar e transformar.

Esse pensar a arquitetura como desenho do objeto não é suficiente para enfrentar os desafios urbanos. Os esforços nesse âmbito tradicional apenas conseguem responder a problemas pontuais de criação de novos espaços em circunstâncias privilegiadas, mas não criam instrumentos para articulação do projeto na qualificação continuada de um sistema de espaços públicos. Dessa fragilidade, resulta freqüentemente um rápido envelhecimento desses projetos, e uma incapacidade de responder ao dinamismo dos processos de transformação do espaço. Insuficiência posta em relevo por um quadro institucional pouco articulado e pensado para não responder a uma visão social e pública do espaço.

O pressuposto básico é que as qualidades do projeto ou intervenção no espaço público de uso coletivo não decorrem apenas de um desenho-desígnio do arquiteto. Decorrem também das funções e significados para o usuário, do seu papel e sua articulação na estrutura urbana e social. A partir da idéia de que a paisagem não é apenas feita por objetos, mas pelas relações entre eles³, que se dão em um ambiente social, a intervenção no espaço desloca-se da produção do objeto para uma estratégia de proposição em processo contínuo, aberta à participação e integrada em estratégias de gestão.

O aprofundamento dos meios e objetivos do projeto exige a rearticulação de um campo disciplinar pelo arquiteto, a consciência do papel social da disciplina e das possibilidades de seus produtos, cuja execução os insere num processo histórico e prospectivo do espaço que não pertence ao projeto, mas ao qual este passa a pertencer. A capacidade de apreender, interpretar, respeitar e pesar as características locais e do cotidiano das pessoas para as quais se diz projetar, deve ser determinante no processo criativo do projeto, ao lado da capacidade de formular políticas e estratégias de ação que sejam públicas em seus significados, possibilitando inserir as ações específicas e pontuais em temáticas e programas.

Não se trata de estabelecer uma oposição absoluta ao método de planejamento e projeto tradicional, mas de conceber novas relações entre suas etapas e procedimentos e destes com o ambiente em que se inserem, por meio de uma proposta de gestão do espaço público. E, numa perspectiva mais avançada, de gestão da paisagem, capaz de articular conhecimentos sobre estruturas e sistemas urbanos e ecológicos, a linguagem construtiva, a participação dos usuários, o quadro político-institucional e de recursos. Trata-se de uma reproposição do universo de valores e práticas a partir de uma sensibilidade para a paisagem como lugar da vida e do espaço como dotado de sentido público.

³ A paisagem é entendida como um espaço social, coletivo, no qual se dá a significação dos objetos, cujas propriedades são relativas ao ambiente e não apenas aos objetos e elementos. Mas é também entendida como uma realidade existencial e sensível, que se dá na experiência e não na observação distanciada (Sandeville Jr. 2006, no prelo).

A questão central é conceber o projeto como um produto em processo contínuo, articulando-o em estratégias de gestão e de participação e instituindo a manutenção como um processo continuado de qualificação e recriação. Isto é, a atividade de manutenção não é um *posteriori* ao trabalho criativo do projeto, visando mantê-lo como foi pensado inicialmente; é um processo contínuo de requalificação, de criação, e portanto, de projeto. O que significa pensar o projeto integrado e decorrente de políticas. Mais que isso, também um instrumento para sua formulação, em contextos sociais específicos⁴. É necessário indicar para isso uma base conceitual e metodológica que subsidie esse processo. O que pressupõe um entendimento do espaço e da natureza da ação nesse espaço.

A questão primeira de um método é posicionar-se sobre as categorias e operações a partir das quais se considera possíveis, e válidos, o conhecimento e a ação. Mesmo quando a questão é aplicada e não apenas teórica, se não se explicita essa dimensão, trabalha-se a partir de uma falsa objetividade e falsa segurança. O método, portanto, deve permanecer relativo e suas assertivas devem ser *reinformadas* e reconstruídas a partir de sua aplicação, ou seja, de seu confronto com o real. Ou, mais precisamente, a aplicação do método - não sua idealização necessária - é sua construção. Deste modo, a própria base conceitual é enriquecida e questionada no confronto com os fenômenos. Este pressuposto acaba condicionando o posicionamento para a ação, na medida em que não parte de um caminho conhecido a priori, mas se estabelece no percurso do trabalho.

Quais os conceitos fundamentais a partir dos quais trabalhamos? O primeiro é uma articulação entre totalidade-particularidade (KOSIK 1976, SANTOS 1985, 2002), depois uma interdependência entre experiência e método, em seguida, uma conceituação do campo disciplinar colocando em pauta espaço, paisagem e lugar, cotidiano e tempo, como categorias empíricas fundamentais. A partir desta problematização, questiona-se a validade de uma qualidade estética e de uma qualidade ambiental no projeto, no plano, na gestão, independente da especificidade local. Basicamente, as categorias acima colocam em pauta o conceito de paisagem como experiências partilhadas e daí a necessidade da experiência, da vivência para qualquer proposição teórica ou aplicada (SANDEVILLE JR. 2004, 2004, 2006 no prelo). Essa conceituação aliada a uma avaliação dos impasses do modo corrente de pensar a cidade como uma produção de objetos ou artefatos contribui para a construção do conceito de gestão e de manutenção (SANDEVILLE JR. 1993, 2001), ancoradas na participação, como forma de desenhar a paisagem.

Que questões necessitam ser estudadas? Em primeiro lugar, a produção do espaço precisa ser compreendida em um quadro de referências teórico e em sua particularidade, ao menos em um sentido **estrutural, processual,**

⁴ Significa também capacitar quadros para atuar no setor público, em uma perspectiva que contradiz os limites e fragmentos atuais em que se assenta o serviço público.

cultural e morfológico. Os estudos nas áreas das humanidades estabelecem distinções entre estrutura, processo e cultura⁵, que temos explorado pouco para o estudo do espaço.

Embora possamos entender que toda estrutura é dinâmica, **um é o olhar que se move em busca de estruturas e sistemas** (sociais⁶ e ecológicos⁷), **outro é o olhar que se move para o entendimento dos processos históricos** das mudanças. **Outro, ainda, o olhar que se identifica com a especificidade cultural** feita de contradições sociais e tensões nas representações⁸.

Tal entendimento ou compreensão será fundamental para um diagnóstico da paisagem e estabelecimento de diretrizes de projeto ou estratégias de ação. É nesse quadro também que a questão ambiental tem sua significação maior. Portanto, uma estratégia de gestão, e projetos decorrentes, devem assentar-se em um entendimento do espaço que considere os aspectos mencionados (estrutura, processo, cultura e morfologia).

Entretanto, o espaço ainda não está suficientemente dado nessa aproximação. Ainda resulta sem vida, sem identidade, amorfo, as contradições ainda são apenas teóricas. O que anima o espaço e lhe elucida as contradições é o uso social, a apropriação pública e privada que dele se faz, e estas categorias não são dicotômicas, mas imbricadas (SANDEVILLE & ANGILELI, 2005). O que anima o espaço é sua vivência. É no encontro destas questões que o conceito de paisagem se constrói para nós.

Obviamente, a abrangência destas questões exige equipes, e equipes disciplinares diversas. Mas nem sempre isso é possível. E mesmo quando é, exige um profissional capaz de estabelecer esse diálogo, às vezes já difícil entre profissionais de mesmo campo disciplinar, com inserções e compromissos diferentes. Assim, seja na possibilidade ou não de equipes interdisciplinares (e outros "ares"...), importa dispor de um instrumental teórico desenvolvido e apropriado que possa ser confrontado com a base de dados disponíveis e com a experiência direta da paisagem, na vivência que se partilha com os diversos agentes que aí se colocam⁹. Esta é a base metodológica: uma articulação entre experiência, base de dados e referencial teórico. Trata-se de construir uma habilitação estabelecida em um campo

⁵ LLOYD 1995 desenvolve uma interessante polarização teórica entre esses termos nas ciências históricas e sociais, mas autores como LE GOFF 2001, 2003, e da "História Nova" já discutiam essa polarização.

⁶ Ao teorizar o espaço como uma dimensão do social Milton SANTOS 1985, 2002, deu importante contribuição para a renovação para uma análise estrutural da sociedade.

⁷ O conceito de sistema é fundamental a esse campo de estudos, que vem assumindo a paisagem como uma categoria com dinâmicas ecológicas específicas.

⁸ São inúmeras as contribuições da história das mentalidades, da antropologia, da geografia, da semiótica, da psicologia, do urbanismo, sempre em um campo de relativismo que coloca em pauta o tempo, as afeições, as mentalidades, os saberes e as sensibilidades implicadas nas práticas.

⁹ Localmente ou não, contraditoriamente ou não.

conceitual e na prática, que constitua uma ferramenta ágil de interpretação - interpretação que jamais vem pronta, que transforma o "sujeito" a cada oportunidade, na medida em que se constrói e se reconstrói¹⁰.

Neste campo de indagações, incertezas, buscas, que geram proposições, é que se deve inserir a formulação dos procedimentos técnicos de intervenção. Quais as metas consideradas adequadas e necessárias? Como estabelecê-las? Quais os meios de viabilização? Que fatores serão fundamentais para que o projeto cumpra um papel adequado em sua transformação pelo uso? Como gestão e projeto se articulam e se informam mutuamente? Há dois aspectos que pretendo destacar: a compreensão do problema do trabalho e a definição das estratégias de ação, em termos que sejam determinantes do partido.

Partimos de um reconhecimento dos conflitos entre a realização social (totalização) e as condições de existência (particularização). O que deve se rebater na atividade do arquiteto. Nesse processo, se percebem os conflitos entre os dados da natureza, e da história espacial e a dinâmica social, expressos no âmbito do lugar pelo **modo de vida**¹¹, nas relações de **identificação e alteridade**, na **produção e apropriação** do espaço, na produção, apropriação e **distribuição** de riquezas, recursos e benefícios e na constituição ou não de uma noção de um **patrimônio coletivo** e de um **sentido público** do espaço. É, portanto, em um campo de valores e práticas que qualquer diagnóstico se estabelece. Não se trata de uma etapa inicial a ser completada e sucedida por outra, mas de um contínuo refazer no trabalho, em aproximações sucessivas, onde levantamento e proposição contribuem para o entendimento da realidade, e portanto para o posicionamento propositivo. Como se nota, esse encadeamento rompe com a

¹⁰ Do ponto de vista teórico, podem surgir inúmeras preocupações interessantes nesse momento. Algumas com as quais tendemos a discordar, como a de uma suposta, mas imprecisa, realização do todo na parte, vendo esta última apenas como expressão, reflexo e na dependência de uma estrutura cuja lógica a transcende e às vezes se coloca num lugar nenhum chamado abstratamente sociedade (SANTOS, 2002, supera de modo muito profícuo esse determinismo). Também observamos com suspeita uma relação suposta sistêmica ou morfológica entre partes, tipos e estruturas urbanas (a tipificação e a esquematização têm sido procedimentos freqüentes em estudos geográficos e urbanísticos e nos estudos de ecologia da paisagem, mas sua base conceitual e seu campo de validade muitas vezes não são questionados em profundidade). Outras preocupações entendemos como mais relevantes, como a interdependência não hierárquica de escalas, a imbricação de recortes, a de identificação e alteridade nos lugares e seus nexos com outros lugares e com regiões. Seu aprofundamento, de discordância ou afinidade, é necessário, mas será enriquecido apenas por seu rebatimento nos recortes da realidade estabelecidos não só para estudo, mas também para aplicação. Obviamente, isso força a um refazer permanente dos recortes e do quadro de referências adotado.

¹¹ O antigo quadro de vida dos geógrafos, emprestando as ressalvas de Antonio Candido em 1964 aos estudos de comunidade norte-americanos e ingleses: "*Não pretendi levantar sistematicamente os diferentes aspectos de determinado agrupamento, englobando todo o seu sistema institucional numa visão completa e orgânica. Depois de bastante hesitar, rejeitei esse ponto de vista, em parte pelo que contém de estático e convencional - levando-nos quase sempre a encarar os traços de uma dada realidade sócio-cultural como algo que, para usar velha expressão caipira, 'devera de ser assim mesmo'*" CANDIDO 1987: 19.

hierarquização conhecimento-ação. A ação é também conhecimento, e o conhecimento significa ações, o que nos aproxima da problemática enfrentada pela pesquisa ação e pesquisa participante (DEMO 2004).

Estabelecido sinteticamente um quadro-diagnóstico preliminar da situação de projeto e de como interage com outros contextos, que permanecerá aberto e em construção, se pode definir a adoção de objetivos, metas, critérios e metodologias de trabalho. Estas, devem levar em conta um confronto permanente entre soluções e valores, entendendo a qualidade desejada também em um conflito entre possibilidade e desejo ou imaginação. Estamos em um âmbito que oscila entre o pontual e o contexto, o objeto e seu ambiente. Mas pontual-contexto, objeto-ambiente, são vistos amalgamados, exatamente por sua dialética entre particularidade-totalidade, por sua dinâmica, suas qualidades diante do cotidiano, da cultura e da transformação. Deste modo, os objetivos, metas, critérios e metodologias não são escritos *a priori*, mas estão sendo pensados e escritos permanentemente. Daí, também, por que o conhecimento não precisa estar completo (nunca estará) para se passar do diagnóstico para a ação, mas ser suficiente, pois o conhecimento do problema de intervenção só ocorre de modo mais seguro vinculado com a ação. Isso não quer dizer que se aceite uma ação irresponsável, mas que **se procura uma integração entre conhecimento e ação em contextos dinâmicos**, e que se entende a ação uma etapa necessária ao conhecimento.

Aqui, as etapas de levantamento, diagnóstico e proposição podem até parecer convencionais, mas os pressupostos e caminhos do pensamento seguramente escapam à hierarquização em função do quadro teórico anteriormente indicado. O encadeamento aparentemente lógico de levantamento, análise, diagnóstico, simulação, proposição, implementação, avaliação é rompido e refundido. Trata-se, então, de obter um **reconhecimento inicial do campo de atuação** (investigações sistemáticas nem sempre são possíveis), **delimitação operacional das estratégias, reorganização permanente** (ocorre durante todo o processo, e o informa permanentemente, desde que houve uma fusão entre planejamento e implementação, todas as etapas são de conceitua**ção**, opera**ção**, verifica**ção**, crítica e cria**ção**).

Essas questões podem ser exemplificadas e comprovadas em sua efetividade através da ação no espaço público realizada em equipe no centro de São Paulo entre 1989 e 1992, conforme relatado em Sandeville Jr. 1993 e 2001 (este último disponível para *download* em <http://www.ambiente.arq.br>, seção publicação, 2001). Vejamos como essas questões levantadas nos parágrafos anteriores podem se construir no processo de trabalho.

O reconhecimento inicial do campo de atuação procura identificar quais as questões mais relevantes que nos são propostas pelos lugares em seu

dinamismo, sua especificidade, suas relações com outros lugares e escalas. Pressupõe um conhecimento e capacitação para entendimento e interpretação da realidade e domínio crítico de referências sobre o campo de atividades arquitetônicas e seus métodos de trabalho. Mas isso é já um repertório que representa a experiência com que o profissional se aproxima do problema, e servirá de confronto e reflexão a partir do trabalho a que se propõe.

Esse reconhecimento inicial pressupõe acesso a uma base de dados, mas sobretudo a capacidade de interpretar os dados disponíveis e obter novas informações necessárias, que permitam propor recortes e relações escalares, interpretar o papel do setor público e de particulares. Muitos são os procedimentos, que podem envolver análises tipológicas e morfológicas (PANERAI et al. 1983), análises funcionais e estruturais (VILLAÇA, 2001), estudos de documentos etc., mas pressupõem uma base de dados mínima que esclareça as transformações ocorridas no tempo, a morfologia (aspectos fisiográficos e de ocupação do solo), fotos aéreas, entrevistas em instituições etc. Há vários *check-lists* e técnicas de trabalho na bibliografia corrente sobre formas de organizar os conteúdos, itens de levantamento e etapas respectivas. Alguns métodos de trabalho, na escala da paisagem, podem ser utilizados já desde o início (MCHARG, 2000; LYLE, 1985; SPIRN, 1985; HOUGH, 1998; FORMAN & GODRON, 1986). Esses métodos buscam a elaboração de um produto completo, a partir de sua própria racionalidade. Não se valem nem criam instrumentos para um rebatimento contínuo sobre a realidade, remetendo isso a uma etapa posterior de implementação, isolando esses produtos técnicos. Porém, nossas chaves não estão nos produtos e sim nos processos. Produtos técnicos não podem ser vistos a partir de sua racionalidade como categóricos, **são apenas indicativos, instrumentais, mas não são o trabalho.**

Muitas outras técnicas podem ser utilizadas, ampliando estudos que tendem a registros cartográficos para incluir a percepção, tais como registros iconográficos em campo (fotografias, desenhos, mapeamentos etc), dinâmicas com segmentos diversos da população implicada (MACHADO, 1986; LYNCH, 1982; SEMPLA, 1986, CANDIDO 1987, SANTOS, C. N, 1985, CALDEIRA, 1985; OLIVEIRA, 1999), inclusive jogos, etc.. Entretanto, sua validade fica limitada se a equipe que os realiza não é a mesma que aquela que define sínteses e diretrizes. A separação das equipes que realizam as diversas etapas não é conveniente para um processo que se pretende contínuo no tempo, o que é reforçado pela fragmentação do serviço público e seu distanciamento das condições de vida na cidade.

A vivência, a experiência direta, a conversa, o caminhar e parar aqui e ali, tornam aquilo que se chama de intuição, que é uma percepção aguçada e uma sensibilidade ampliada pela síntese que não é permitida por uma estrita racionalidade, um recurso para obter *insights* sobre as questões, os

significados, que pode ajudar muito a uma abertura para o lugar. Essa sensibilidade deve ser cotejada com outras formas de conhecimento, mas possibilita colocar em primeiro plano o sentido e a experiência humana que devem ser informadas por uma postura ética.

Insistimos que não é possível recomendar apenas uma descrição da paisagem pelas técnicas, e a partir daí sua interpretação (trata-se de uma falsa racionalidade). É necessário entender quais conflitos e interesses se colocam, quais possibilidades existem, que parceiros podemos agregar. Os trabalhos de campo e de contato pessoal são fundamentais, contribuem para suprir a precariedade habitual da base de dados e para **estabelecer a significação dessas informações**. No campo se coletam dados a serem confirmados, se estabelece uma relação empírica essencial para a percepção dos fenômenos, enfim, uma experiência e uma vivência indispensáveis ao processo cognitivo e insubstituível no processo que se busca o tempo todo, de síntese e crítica¹². Mais uma vez a capacitação, criatividade e experiência dos profissionais envolvidos é fundamental, desde que estejam abertos a um processo novo de aprendizagem e interpretação proposto pela situação específica. Mas é fundamental também pensar, o quanto antes, por essas mesmas razões, na capacitação de novos quadros dentro e fora da instituição pública. As considerações sobre o instrumental, a estrutura administrativa e a capacitação técnica devem integrar a conceituação de qualquer estratégia de ação comprometida com uma efetiva implantação.

Um segundo ponto fundamental é que é necessário para a ação, a partir de certo momento, individualizar e identificar fatores, parceiros, personagens e objetos significativos. A dificuldade desse momento está em que toda inclusão implica também em uma exclusão. Daí não só a dificuldade, mas a responsabilidade social enorme e o peso ético das decisões. A construção dos parceiros deve partir dessa responsabilidade social e peso ético, pois o espaço não pertence a um, dois ou x indivíduos, é coletivo. Além disso, cada lugar ou recorte no espaço (podem ser muitos lugares, e podem ser muitos lugares num lugar) deve ser, em dado momento, interpretado e valorado. O projeto ou programa não se resume a uma questão de forma e funcionalidade, mas vem carregado de intencionalidade política e cultural.

O desafio essencial é agora a capacidade de estabelecer critérios que tenham validade do ponto de vista ético a par de sua viabilidade; **a gestão e o projeto não são postulados como produtos, mas como processos de conhecimento em ajuste permanente**. A participação de usuários (que depende também da participação social) é sem dúvida essencial a qualquer diagnóstico ou proposição. Por outro lado, a dimensão institucional e política pode ser também bastante restritiva da participação, apesar da legitimidade da organização que possa reivindicar ou mesmo ter. A convivência (OLIVEIRA, 1999), o reconhecimento de que se partilham "coisas" (emoções,

¹² No sentido que apresenta para a crítica SEVCENKO, 2001

afetos, valores, objetos, espaços; um partilhar que não é homogêneo e inclui o sentido de conflito e contradição, SANDEVILLE JR., 2006 no prelo) é um antídoto importante a muitas formas de participação propostas que raramente ultrapassam a consulta ou a homologação. A participação se dá em um campo político complexo e difícil e, por si mesma, pode não ser suficiente - embora indispensável - para definir uma agenda de projeto ou ação.

Deve-se ainda observar que essas etapas preliminares já devem apontar para a sistematização de um monitoramento da paisagem, do ambiente, do desenvolvimento social, da estrutura urbana, estabelecendo os indicadores que são sempre relativos (KEINERT e KARRUZ, 2002) e os procedimentos relevantes. Aqui há uma discussão enorme, mas que não inviabiliza em meu entender a necessidade de estratégias e programas de monitoramento. O desejável seria podermos iniciar já a partir desse monitoramento, coisa ainda praticamente impensável em nosso contexto institucional e político atual. O monitoramento que se sugere não é apenas técnico, mas aberto a um campo social de discussão.

Há um campo de negociações no qual qualquer proposta terá de ser consistente e postular seus princípios e fundamentos que, como já vimos, devem basear-se em uma ética nítida que alicerce o processo. Por mais que tenhamos elaborado alguns produtos, sejam a delimitação de unidades e zonas, matrizes de valor, cartas sínteses de aptidões ou restrições, hierarquia de prioridades etc., serão mutáveis e não se pode definir coisas como uma "vocação da área", porque simplesmente não existe tal coisa. **O que existe são decisões, não imanências.** E as decisões se inscreverão num quadro político e de interesses que nem sempre, ou na maior parte das vezes, não tem como seus fundamentos princípios coletivos e sociais. Portanto, as decisões que almejamos, muitas vezes, terão de se pautar em oposição a práticas correntes, isto é, em um campo de conflitos.

Daí por que o trabalho pensado como produto, se reduz os esforços que demanda e o tempo de sua realização, não é na maior parte das vezes viável e é, muitas vezes, na dimensão pública do espaço, economicamente mais caro. A proposição aqui sugerida já nasce pensada para se transformar. O mérito estará em ter sido concebida em uma perspectiva suficientemente válida para que nas mudanças se preserve e confirme o essencial, o corpo de princípios que condicionam a validade das proposições. Este é um dos grandes desafios para ação no espaço público e exige uma sensível e precisa interpretação do ambiente cultural e político em que se dará, e um enraizamento no lugar (sempre que falamos lugar, não nos referimos ao "endereço", mas ao espaço de vida das pessoas). Claro que, por vezes, será necessário a afirmação de postulados e diretrizes considerados essenciais, mesmo que interrompa ou abale o processo, de modo que os critérios acima

mencionados devem permitir uma avaliação do campo de flexibilidade aceitável, ou, inversamente, em alguns casos intolerável.

Outras questões também se colocam nessa fase. Referem-se à delimitação do campo de influência dos processos que incidem na área ou áreas de intervenção. Do ponto de vista espacial e institucional é necessário pensar não em um recorte, e não em recortes em camadas e hierarquizados (a tradicional aproximação metropolitano-municipal-local, setorial, integrado etc.), mas em recortes que se sobrepõem, que se dão simultaneamente, que estabelecem intersecções dinâmicas e complexas, que se articulam. Não há a idéia de um único movimento, do maior para o menor e a resposta do menor ao maior. Há interação e transformação permanente, há vários movimentos¹³. O que determina a complexidade é o grau de compreensão em cada ponto, em cada escala, de modo que há imbricação, nexos, amálgama, interdependência. O projeto só responderá a essa complexidade se vinculado e alimentando estratégias de gestão.

É neste contexto que os recortes devem se desdobrar. Aqui já damos um novo sentido para o projeto-execução-manutenção do objeto, que se torna fundamental para a ação na paisagem, mas não é mais um objeto pensado em si ou de modo autônomo. É improvável uma capacidade de ação em todas as direções simultaneamente. Torna-se, portanto, necessário identificar pontos, elementos, temáticas, espaços de maior interesse e possibilidades de ação, a partir dos princípios e critérios estabelecidos. Esses objetos e objetivos podem mudar no decorrer do processo. Devem possibilitar ainda a articulação entre esses objetos estratégicos, seus diversos problemas, tornando aplicáveis os princípios, critérios e diretrizes gerais e criando possibilidades concretas de ação.

Obviamente, esses objetos (projeto-execução-manutenção) devem ser definidos, informados, configurados e acordados também em um campo de participação institucional, política e social. O modo como se dá tal participação deve ser definido, precavendo-se de que na maioria dos casos não tem ultrapassado o da consulta e o da decisão em grupos políticos articulados - o que estabelece um controle circunstancial dos resultados pretendidos e, muitas vezes, dos instrumentos propostos (freqüentemente o objetivo desse tipo de participação). Daí, novamente, a importância de critérios e mecanismos de avaliação interna do processo. Também da importância desse processo criar condições de uma avaliação externa pública, expressa em parte pela idéia de monitoramento anteriormente apresentada que, acrescentamos, deve estabelecer também um sistema de acesso e avaliação da informação por sujeitos e instituições envolvidos ou não no processo. Talvez este seja o ponto mais difícil de se obter nas condições atuais.

¹³ Não é a escala que determina a natureza da complexidade, assim não há sentido em uma hierarquia de escalas (embora para a normatização seja necessário uma hierarquia de valores).

conclusão

Numa perspectiva tradicional, o projeto independe e é feito com base na demanda do contrato e da decisão política, independente de um enfrentamento consistente da paisagem na qual é inserido para ser novidade. Por outro lado, numa perspectiva de racionalidade convencional, só depois de cumprido o ciclo levantamento-diagnóstico-plano estaríamos em condição de propor o projeto arquitetônico e paisagístico propriamente dito. Mas nem sempre é possível ou necessário esperar tanto tempo. Em muitos casos, pode haver uma sobreposição entre elaboração de estratégias de gestão em escalas de paisagem ou de sistemas urbanos e em escalas de projeto. Isso exige e contribui para a construção de uma nova cultura institucional, e também da forma de pensar a contribuição da arquitetura e dos instrumentos de que se pode valer para intervir no espaço.

O que interessa é que cada projeto se insira e seja concebido também num processo de gestão social, que permita não apenas construir e responder ao programa, mas estar articulado em sistemas mais amplos nos quais terá um papel. Especificamente quanto à elaboração da ação, condicionado nessa abrangência, não se pode generalizar *a priori* um procedimento ou método de trabalho que não seja dinâmico, flexível, capaz de lidar com a indeterminação, mas ancorado numa interpretação consistente da paisagem. É na relação com o lugar (ou antes, os lugares, as vivências que abriga e lhe dão sentido), obviamente entendido não apenas em sua dimensão física, que se constrói o método.

A questão seria então a capacidade de aplicar, a partir da experiência direta com a paisagem e aqueles que partilham seus significados, conceitos e conhecimentos advindos da compreensão das estruturas urbanas em seus aspectos sociais e ecológicos, dos processos históricos que dão densidade político-ideológica e simbólica à paisagem, dos processos culturais e sensíveis que condicionam a apropriação, valoração, transformação do espaço. Tal capacidade é dada por criar de modo fundamentado, a partir de estratégias de gestão ágeis e flexíveis ancoradas no conhecimento do espaço urbano e nos desejos e valores que sobre ele se projetam, uma relação entre abordagens locais, abordagens pontuais de projetos e o estabelecimento de diretrizes na escala da paisagem. Trata-se de estabelecer articulações, nexos, mais do que pontos (figura 1).

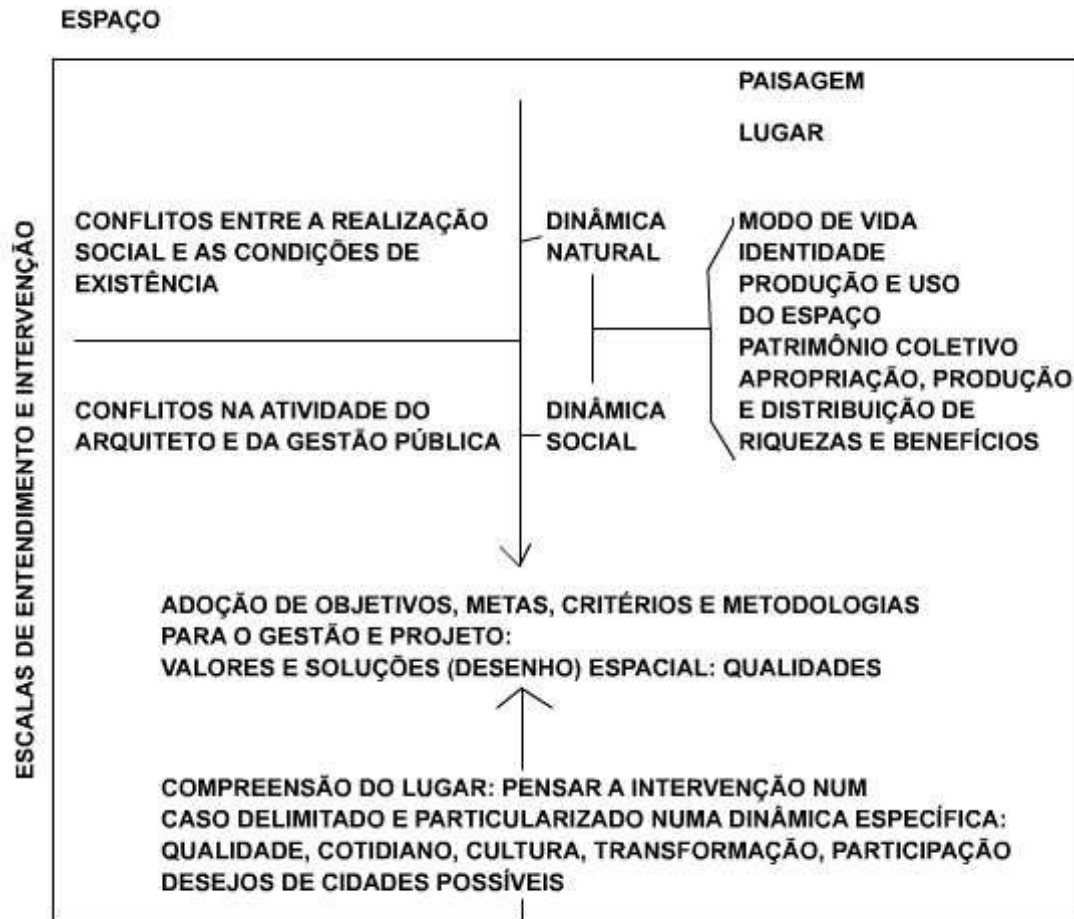


figura 1: bases para gestão e projeto do espaço público



figura 2: arquitetura, gestão e paisagem: múltiplos fluxos necessários

Artigos do autor de interesse à abordagem proposta, quase todos estão disponíveis também em <http://www.ambiente.arq.br> (publicações).

SANDEVILLE JR, Euler. *Paisagem e paisagismo: questões de teoria e método. Conceituação do plano de pesquisa do mestrado*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 1987, inédito

SANDEVILLE JR, Euler. *A herança da paisagem*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 1993

SANDEVILLE JR, Euler. *A Gestão da Paisagem - Uma experiência pioneira em São Paulo, SP*. São Paulo: *Revista Unibero de Pós Graduação*, v. 1, p. 41-59, 2001,

SANDEVILLE JR, Euler. *Gestão de Paisagens? A Natureza das Dificuldades*. *Paisagens*, São Paulo: http://www.usp.br/fau/deprojeto/gdpa/paisagens_2003.

SANDEVILLE JR, Euler. Paisagens e métodos. Algumas contribuições para elaboração de roteiros de estudo da paisagem intra-urbana. *Paisagens*, São Paulo: <http://www.usp.br/fau/deprojeto/gdpa/paisagens> 2004.

SANDEVILLE JR, Euler. Um roteiro para estudo da paisagem intra-urbana. *Paisagens*, São Paulo: <http://www.usp.br/fau/deprojeto/gdpa/paisagens> 2004.

SANDEVILLE JUNIOR, Euler; ANGILELI, Cecília Maria de Moraes Machado. Paisagem e lazer: representações da metrópole (para os brasileiros de Brasilândia). Rio Claro: *Revista OLAM*, 2005.

SANDEVILLE JUNIOR, Euler. Paisagem. São Paulo: *Paisagem e Ambiente* n. 20, 2006, no prelo

Bibliografia citada

CALDEIRA, Teresa P.R. *A Política dos Outros - O Cotidiano dos Moradores da Periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984

CANDIDO, Antonio. *Parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades, 1987.

DEMO, Pedro. *Pesquisa participante. Saber pensar e intervir juntos*. Brasília: Liber Livro Editora, 2004.

FORMAN, Richard T. T.; GODRON, Michel. *Landscape Ecology*. New York: John Wiley & Sons, 1986.

HOUGH, Michael. *Naturaleza y ciudad. Planificación urbana y procesos ecológicos*. Barcelona: Gustavo Gili, 1998

KEINERT, T e KARRUZ, A. P. (org.). *Qualidade de Vida. Observatórios, experiências e metodologias*. São Paulo, Annablume, Fapesp, 2002

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3TM ed. 1976.

LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2001

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2003

LLOYD, Christopher. *As estruturas da história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995

LYLE, John Tillman. *Design for human ecosystems. Landscape, land use, and natural resources*. New York: Van Nostrand Reinhold Company, 1985.

LYNCH, K. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1982

MACHADO, Lucy Marion Calderini Philadelpho. *A Serra do Mar paulista: um estudo de paisagem valorizada*. Rio Claro: Tese de Doutorado, Instituto de Geociências da UNESP, 1988

MCHARG, Ian L. *Proyectar con la naturaleza*. Barcelona: Gustavo Gili, 2000

OLIVEIRA, Paulo de Salles. *Vidas Compartilhadas. Cultura e co-educação de gerações na vida cotidiana*. São Paulo: 1999, Hucitec.

PANERAI, Philippe; DEPAULE, Jean-Charles; DEMORGON, Marcelle; VEYRENCHÉ, Michel. *Elementos de analisis urbano*. Madrid, Instituto de Estudios de Administracion, 1983

SANTOS, C.N.F. dos (coord) *Quando a rua vira casa. Apropriação de um centro de bairro*. Rio de Janeiro: IBAM, 1985, 3TM ed

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, Milton. *Espaço & Método*. São Paulo: Nobel, 1985

SEMPLA, *Pesquisa exploratória da Relação da População com a Vegetação em São Miguel Paulista*. São Paulo: UNESCO/MAB, SEMPLA, FAU USP, 1986

SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI. No loop da montanha-russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SPIRN, Anne W. *O jardim de granito*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

VILLAÇA, Flavio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. (1988). São Paulo, Nobel: Fapesp: Lincoln Institute, 2001, 2TM ed.